

Contribuição ao Estudo de Um Núcleo Urbano Colonial (Vila Rica: 1804) (*)

Francisco Vidal Luna
Iraci del Nero da Costa(**)

I. INTRODUÇÃO

O trabalho vertente visa a lançar luz sobre algumas particularidades da estrutura econômica e social de Vila Rica, um dos principais centros auríferos das Gerais. Interessa-nos, particularmente, evidenciar o caráter citadino desse núcleo onde surgiu, ainda no início do século XVIII, vida urbana em moldes novos para os padrões da sociedade colonial como estivera organizada até então e no qual revelou-se um horizonte social, econômico e cultural mais ancho do que o prevalecente nas demais “economias” do Brasil Colônia.

Empreendemos a análise das atividades produtivas, da estrutura profissional e da posse de escravos, que se distingue como

(*) Este trabalho representa uma extensão do estudo «Profissões, Atividades Produtivas e Posse de Escravos em Vila Rica, no Alvorecer do Século XIX», apresentado no 1.º Congresso de História de Minas, promovido pelo Instituto de História e Arte, Belo Horizonte, de 16 a 19 de janeiro de 1978.

(**) Os autores são professores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

elemento do mais alto interesse para o entendimento das características econômicas de uma dada comunidade.

Paralelamente, identificamos a distribuição dos indivíduos em termos de sexo, posicionamento social e segundo setores produtivos; subsídio indispensável ao conhecimento dos processos de integração econômica e divisão do trabalho e que permite, ademais, estabelecer os lineamentos do quadro da vida material das sociedades estudadas. Não parece ocioso lembrar que o papel desempenhado por pessoas e grupos populacionais mostra-se fundamental para a compreensão da história das comunidades, pois, afora clarificar as peculiaridades do momento pesquisado oferece-nos os fundamentos do processo pretérito que o condicionou e nos sugere as linhas básicas explicativas do desenvolvimento ulterior do corpo social.

Correlatamente, o exame da estrutura de posse dos cativos, além de evidenciar a estratificação social vigente em qualquer sociedade sob análise e representar valioso contributo para determinar-se as atividades produtivas de maior significância em dada quadra histórica, apresenta-se como dado altamente relevante no estabelecimento do nível relativo de riqueza dos segmentos sócio-econômicos em que se pode decompor uma coletividade considerada.

Esta ordem de razões fundamenta este estudo no qual nos propomos — como já avançado — o exame, relativo aos primórdios do século passado, da população ouro-pretana, segundo profissões, atividades produtivas e posse de escravos.

Para cumprir tal mister utilizamos os dados empíricos revelados por Herculano Gomes Mathias⁽¹⁾ relativos ao levantamento populacional efetuado em Minas Gerais em 1804. O autor deu a público as listas referentes à área que corresponderia, na atualidade, ao perímetro urbano de Ouro Preto e restringiu-se a algumas observações qualitativas e a apresentar dados quantitativos genéricos, sem tratamento estatístico minucioso. Relacionou os distritos de Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morro.

Fato lamentável, ao qual reportamo-nos desde logo, refere-se a cor e à condição de “forro” Conforme pudemos verificar —

(1) MATHIAS, Herculano Gomes — **Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais (Vila Rica — 1804)**, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1969, il., XXXVI mais 209 pgs.

baseados no confronto entre os dados censitários e os registrados nos códices da Paróquia de Antônio Dias — houve, por parte dos responsáveis pelo levantamento populacional, número imponderável de omissões relativas tanto à cor quanto à situação de “forro” Deste, encontramos quantidade substancial de africanos para os quais não se registrou o posicionamento de “forros” (explicitado nos códices aludidos). Por outro lado, para os “crioulos” (negros nascidos no Brasil) verificamos faltar tanto este qualificativo quanto o relativo à condição de libertos. Tais eventos impediram o estudo correspondente à cor e nos levaram a adicionar, na análise dos forros, as informações coletadas nos manuscritos da paróquia acima nomeada.

Cumpre-nos, ademais, advertir que as discrepâncias entre os resultados apresentados por H.G. Mathias e os deste trabalho devem-se, somente, a diferenças de interpretação.

Como sabido, o processo de povoamento verificado nas Gerais apresentou características próprias. Do ponto de vista da urbanização tratou-se de um fenômeno novo na colônia. Voltada precipuamente à atividade exploratória, a população — quase toda concentrada nos povoados que se organizavam junto às catas —, ficava na dependência dos fornecimentos de produtos de subsistência por parte de outras áreas, que dela passariam a depender e constituía-se num mercado urbano vigoroso. Como lembra Nestor Goulart, “sua rápida atuação como agente dinâmico do processo de urbanização determinaria, já na segunda década do século XVIII, a elevação de oito povoações à categoria de vilas”⁽²⁾.

Gilberto Freire, por seu lado, assim realça o caráter específico do tema em pauta: “Minas Gerais foi outra área Colonial onde cedo se processou a diferenciação no sentido urbano. Nas minas, o século XVIII é de diferenciação intensa, às vezes em franco conflito com as tendências para a integração das atividades ou energias dispersas no sentido rural, Católico, castiçamente português”⁽³⁾.

(2) REIS FILHO, Nestor Goulart — **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil — (1500/1720)**, Pioneira e Editora da USP, São Paulo, 1968, il., pág. 65.

(3) FREYRE, Gilberto — **Sobrados e Mucambos, Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**, 2.^a edição, José Olympio, Rio de Janeiro, 1951, (Coleção Documentos Brasileiros — 66), 1.^o vol., pgs. 119-120.

A sociedade mineira, como já frisamos, “distingue-se da de outras áreas. Nas agrícolas, impõe-se a dicotomia de senhores e escravos, com mínimas possibilidades para os grupos médios. Que se desenvolvem inicialmente em Minas, pela diversificação econômica que leva a uma agricultura de subsistência, a atividades artesanais e manufatureiras, a comércio intenso, que tudo tem que ser comprado. Não há aqui a auto-suficiência das fazendas, de modo que o comerciante é indispensável. O mesmo motivo — economia mineratória — explica o processo de urbanização, em Minas mais intenso que no resto do país”⁽⁴⁾.

Identificamos, pois, para a área em apreço vida urbana característica, diversificação de atividades, maior flexibilidade social, economia mais fortemente integrada, estabelecimento de interdependência regional e conseqüente estruturação de significativo mercado interno. Estes elementos articularam-se peculiarmente dando origem a um sistema complexo do qual interessa-nos salientar, neste trabalho, dois aspectos fundamentais: o caráter urbano da formação mineira e o diversificado conjunto de atividades econômicas, em geral, e artesanais, em particular.

Vila Rica, ao abrir-se o século XIX, apresentava-se decadente. Superada a “febre” do ouro a economia ouro-pretana estagnara-se e ocorria franca recessão populacional. Nos seus arredores descortinavam-se campos desertos, sem lavouras ou rebanhos. Dos morros, esgaratados até a rocha, havia-se eliminado a vida vegetal; neles restavam montes de cascalho e casas, a maioria em ruínas.

A pobreza dos habitantes remanescentes, a existência de ruas inteiras quase abandonadas, provocava imediata admiração nos visitantes da urbe. Das duas mil casas, quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se cadente; nas transações imobiliárias ocorria considerável queda nos preços. A população que atingira, como atesta Saint-Hilaire, vinte mil pessoas reduzira-se a oito milhares; tal quebra no número de habitantes teria sido ainda maior não fosse Vila Rica a capital da capitania, centro administrativo e residência de um regimento.

(4) IGLÉSIAS, Francisco — «Minas Gerais, Pólo de Desenvolvimento no Século XVIII», in *Primeira Semana de Estudos Históricos (O Brasil Século XVIII — O Século Mineiro)*, Ponte Nova, Minas Gerais, 1972, pgs. 98-99.

A atividade manufatureira, proibida durante largo espaço de tempo, revelava-se tímida. Existiam na vila e suas proximidades, tão somente, a manufatura de pólvora, pertencente ao governo, e uma fábrica de louça, estabelecida a pequena distância da Vila. Ao que parece, o comércio e atividades artesanais compunham os elementos de sustentação econômica da urbe.

Antes de passarmos à análise dos dados empíricos que nos ocupam, impõem-se algumas qualificações preliminares.

Coloca-se, desde logo, o problema representado pela massa escrava⁽⁵⁾. Entendemos ser errôneo desconsiderá-la no estudo das atividades produtivas; no entanto, imperioso é o fato de aparecer, no censo em pauta, numeroso contingente de cativos cuja única qualificação era a de prestarem-se aos “serviços domésticos”⁽⁶⁾. A própria abigüidade do termo, com respeito às possíveis tarefas que cabiam a estas pessoas, levou-nos a excluí-las dessa parte de nossa análise. Por outro lado, a simples indicação “escravo” sem qualquer outro qualificativo impede-nos, como é evidente, a inferência de que tais elementos desempenhassem atividades homogêneas no largo espectro de atribuições produtivas da sociedade mineira.

Tais ponderações levaram-nos a considerar, no referente às profissões, apenas os escravos para os quais explicitou-se atividades concretas. Destarte, computamos somente os cativos para os quais indicou-se, inequivocamente, ocupação específica⁽⁷⁾.

(5) Para efeitos estatísticos agrupamos, neste estudo, escravos e quartado procedimentos, que em nada altera os resultados obtidos, pois encontramos apenas 2 quartados em uma massa de 171 escravos e quartados para os quais especificou-se a profissão.

(6) Esta qualificação apaneceu apenas no distrito de Ouro Preto, cujo recenseador mostrou-se o mais minucioso na indicação das atividades e ofícios, tanto de livres quanto de cativos. Assim, computamos 366 escravos destinados ao «serviço da casa», quantidade que corresponde a 13,15% do total de cativos da urbe e a 35,22% dos escravos do distrito em foco.

(7) Para os distritos de Antônio Dias, Alto da Cruz e Morro não constou qualificação para escravo algum. Com respeito ao Padre Faria e Cabeças os recenseadores apenas indicaram atividades para escravos quando os mesmos exerciam algum ofício. Para o Ouro Preto, como já anotado, contamos com maior riqueza de pormenores; neste distrito o recenseador anotou, para livres e escravos, atividades, funções, ofícios e, ainda, a circunstância de tratar-se, o recenseado, de aprendiz.

Lembramos ainda, com o objetivo de evitar qualquer mal-entendido quanto às conclusões deste trabalho, que da massa total da população de Vila Rica, em 1804, pouco menos de um terço (31,39%) constituía-se de escravos. Estes cativos, certamente, suportavam o peso maior das atividades econômicas da urbe, no entanto, apenas tomamos em conta 171 deles, ou seja 6,14% do total de escravos⁽⁸⁾. Em contraposição consideramos 25,21% dos livres, vale dizer, 1 534 indivíduos livres para os quais constituiu a ocupação. Caso tomássemos os percentuais em relação aos indivíduos em idade ativa (faixa etária dos 15 aos 64 anos) as cifras alterar-se-iam insignificamente: 6,19% para escravos e 25,70% relativa aos livres.

Estamos, portanto, a tomar apenas parte dos membros ativos da comunidade. A lacuna maior, evidentemente, refere-se aos cativos que em sua maioria esmagadora (com exclusão apenas daqueles de tenra idade, dos incapazes e dos que apresentavam idade propecta) deveriam estar integrados ao processo produtivo.

Cabe-nos notar, ainda, que algumas das atividades econômicas acusadas no Censo de 1804 não puderam merecer maiores cuidados de nossa parte dada a ambigüidade da terminologia utilizada pelos recenseadores. Deste rol figuram atividades como: “vive de sua agência” e “homem particular”, por nós qualificadas como “indeterminadas”. Também computamos à parte — por não se referirem a atividades propriamente ditas — as seguintes atribuições: “estudantes”, “vive do aluguel de suas casas”, “do jornal de seus escravos”. Por outro lado, estudamos, à parte, os mendigos e aquelas pessoas ditas “pobres” ou qualificadas como a “viver de esmolas”.

Por último, cabe notar que as atividades foram enquadradas nos três setores econômicos básicos classicamente distinguidos pelos economistas: primário, secundário e terciário.

Temos consciência da artificialidade envolvida na aplicação deste procedimento taxionômico, ideado para sociedades industriais amadurecidas, à economia colonial brasileira. O pecado maior parece consistir no enquadramento, no setor secundário, de atividades caracteristicamente artesanais — como é sabido

(8) Temos, portanto, para os escravos a seguinte distribuição: 6,14% com atividades produtivas claramente definidas; 13,15% ocupados no «serviço da casa» e os restantes 80,71% — sem especificação ocupacional.

faltavam-nos tanto as manufaturas quanto as indústrias, típicas de estágios econômicos mais avançados. Por outro lado, a baixa integração da economia colonial brasileira; a divisão do trabalho — estabelecida, sobretudo, em bases estamentais — e as formas de se remunerar o trabalho e distribuir a renda, próprias da sociedade patrimonialista então vigente, mostram-se como elementos a descaracterizar o secundário e, principalmente, o setor terciário.

Apesar dos fatores restritivos apontados justifica-se, por dois motivos, a categorização setorial aludida; em primeiro por nos permitir uma perspectiva mais agregada (globalizante) das atividades então existentes, em segundo, por prestar-se utilmente a confrontos entre as várias “economias” do Brasil Colônia.

2. ESTRUTURA POPULACIONAL — CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS

Os habitantes de Vila Rica somavam 8 867 indivíduos em 1804. Predominavam, numericamente, os livres e forros (68,61%) enquanto os escravos e quartados (cativos que estavam a comprar a liberdade) representavam pouco menos de um terço da população total (31,39%). Os agregados correspondiam a 16,14% dos livres.

Quanto ao sexo verifica-se preponderar o feminino: 51,13% contra 48,87% de elementos do sexo masculino. Fato significativo refere-se à discrepância do peso relativo dos sexos entre escravos e livres. Para os primeiros dominavam os homens — 57,99% — contra apenas 44,69% dentre os segundos. A razão de masculinidade relativa aos escravos (138,07 homens para 100,00 cativas) explica-se pelas próprias características do destino que se lhes dava — o trabalho minero — a exigir, preferencialmente, mão-de-obra masculina. Para os livres a razão de masculinidade correspondeu, apenas, a 80,80 — vale dizer contávamos 80,8 homens para cada grupo de 100 mulheres. Estes resultados rompem o relativo equilíbrio existente entre os sexos se considerada a população total — nela computamos 95,56 homens para 100 indivíduos do sexo oposto. Infere-se, do acima posto, ter predominado, no processo de excisão populacional porque passava a área, o elemento masculino.

Os ouro-pretanos distribuíam-se pelos seis distritos já mencionados. Nos dois mais populosos — Ouro Preto e Antônio Dias — concentrava-se 50,77% da população — 48,13% dos livres e 56,56% dos cativos. Neste núcleo principal centralizava-se, ademais, a vida administrativa, militar e religiosa da urbe. Assemelhavam-se, ainda, pelas estratificação de seus moradores e com respeito ao peso relativo dos sexos. Destarte, 68,20% dos residentes em Antônio Dias tratava-se de livres enquanto no Ouro Preto contávamos com 63,81% de indivíduos de igual estrato. Neste último distrito a razão de masculinidade dos livres alcançava 84,68, muito próximo da prevalecente em Antônio Dias — 84,20.

Com respeito ao posicionamento social encontramos maior parcela de livres no Alto da Cruz (77,85%), Padre Faria (73,35%) e Morro (73,20%). Fato a merecer realce diz respeito à razão de masculinidade dos livres verificada nestes distritos: 70,27; 67,53 e 81,73 respectivamente. Neles apresentaram significativo peso relativo ocupações em decadência ou tradicionais — faisca-dores, mineradores e roceiros — o que, a nosso ver, pode-se tomar como um dos elementos explicativos das relações acima anotadas. Outra observação pertinente, diz respeito ao distrito do Morro. Esta unidade apresentava uma das mais altas razões de masculinidade para os escravos (188,33); ora, justamente neste distrito predominavam os mineradores e faisca-dores. Tais atividades, como já avançamos acima, exigiam, prioritariamente, mão-de-obra masculina, fato que, ao nosso ver, aparece como poderoso elemento explicativo da alta razão de masculinidade observada para os escravos.

Por fim, a ocupar posicionamento intermediário em relação às demais unidades analisadas, aparece o distrito das Cabeças. Nele residiam 15,82% dos habitantes de Vila Rica; 66,86% dos seus moradores compunha-se de livres, a razão de masculinidade correspondia a 85,37. Estes indicadores, cujos valores aproximam-se muito dos verificados em Antônio Dias e Ouro Preto, parecem condicionar-se pela dominância de atividades artesanais, das quais decorria o relativo “equilíbrio” populacional. No correr do estudo vertente ocupar-nos-emos das profissões e atividades econômicas e aduziremos novos argumentos para complementar as idéias aqui expendidas.

Parece-nos lícito, à vista do exposto, avançar as seguintes conclusões:

i) no processo emigratório, claramente identificado, predominava o elemento masculino do estrato correspondente aos livres.

ii) O núcleo principal da urbe acompanhado pelo distrito das Cabeças apresentou-se menos erodido pelo movimento de expulsão populacional decorrente da decadência da atividade exploratória.

Por outro lado, nos distritos em que predominavam as atividades tradicionais, em recesso, verificou-se maior porcentual de livres e se apresentou mais significativamente a excisão da parcela masculina dos habitantes; a demandar novas áreas do território colonial.

3. ESTRUTURA POPULACIONAL SEGUNDO PROFIS- SÕES E ATIVIDADES PRODUTIVAS

A corresponder ao caráter tipicamente urbano de Vila Rica cabia papel pouco significativo ao setor primário — absorvia, apenas, 7,04% dos indivíduos. Correlatamente as atividades vinculadas aos demais setores revelavam grande peso relativo.

O secundário aparecia com preeminência — nele colocava-se 53,61% das pessoas —, as atividades relacionadas ao setor terciário, também em concordância com as características citadinas da urbe, ocupavam posição de realce — a ele correspondia 39,35% dos elementos computados.

Quanto à distribuição segundo o sexo evidenciou-se a predominância dos homens — 78,41% face 21,59% do sexo oposto.

Tomadas isoladamente verificou-se não haver disparidade muito acentuada (exclusive para o setor primário) nas distribuições de homens e mulheres segundo os setores considerados. Assim, do total dos homens, 5,16% vinculavam-se ao primário; 54,60% ao secundário e 40,24% ao terciário; para o sexo oposto as cifras correspondentes foram: 13,86%, 50,00% e 36,14%.

Evidentemente estas cifras não permitem a inferência de que as mesmas atribuições coubessem a homens e mulheres; co-

mo veremos adiante — ao estudarmos as várias atividades afetas a cada setor — existiam marcadas diferenças de natureza das ocupações correspondentes a cada sexo.

Por outro lado, observam-se significativas discrepâncias quanto à participação de homens e mulheres, nos setores aludidos quando computados, em conjunto, ambos os sexos.

Assim, enquanto no primário ocorria relativo equilíbrio entre os sexos — 57,5% de homens contra 42,5% de elementos do sexo oposto —, no secundário a divergência revelava-se de grande monta — 79,87% de indivíduos do sexo masculino face a 20,13% de mulheres. Com respeito ao terciário verificava-se discrepância igualmente acentuada: 80,17% de homens versus 19,83% de mulheres. Evidentemente os diferenciais apontados, devem-se, sobretudo, aos números absolutos de indivíduos de cada sexo, vale dizer, ao maior contingente de homens.

O parcelamento da população segundo o posicionamento social — livres e escravos — permite-nos verificar que, tomadas as duas categorias isoladamente, existia franco desequilíbrio nos setores primário e terciário. Assim, 20,47% dos cativos vinculava-se ao primário enquanto apenas 5,54% dos livres aí se colocava; por outro lado, enquanto 40,74% de livres enquadrava-se no terciário, apenas 26,90% dos escravos ocupavam posição idêntica. Quanto ao secundário o equilíbrio mostrava-se patente⁽⁹⁾.

Analogamente ao caso anterior, em que distribuímos a população segundo o sexo, as discrepâncias — devidas ao maior contingente de livres face ao número de escravos — revelam-se altamente significativas quando computamos conjuntamente os dois estratos sociais.

Destarte, os livres — largamente majoritários no primário (70,83%) — praticamente monopolizavam o secundário (90,15%) e o terciário (93,14%), independentemente, como já notamos, da natureza das funções exercidas.

Passemos ao exame, em termos de condição social e sexo, das atividades concernentes a cada setor.

(9) Deve-se ter presente que as atribuições de livres e escravos, como veremos adiante, diferiam — como no caso de homens e mulheres —, pela sua natureza.

No primário as mulheres predominavam entre os roceiros, lavradores e hortelãos — 51 mulheres contra 27 homens. Entre os lenheiros, por outro lado, encontramos somente pessoas do sexo masculino. Com respeito à distribuição segundo o posicionamento social verificou-se que os livres compunham maioria esmagadora dos lavradores, roceiros e hortelãos — em 78 indivíduos aí enquadrados computamos apenas 1 cativo. Quanto aos lenheiros a situação inverte-se — neste caso prevaleciam os escravos segundo a razão de 5 para 1.

Com referência ao secundário, em termos de sexo, verificou-se ampla especialização — as mulheres ocupavam-se de reduzido número de misteres. Ao mesmo tempo, algumas atribuições cabiam exclusivamente às pessoas do sexo feminino. Destarte, pouco menos de dois terços das mulheres vinculadas ao setor em tela apareciam como costureiras e fiandeiras, mais da metade delas eram costureiras. Exerciam de maneira exclusiva as seguintes atividades: costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Quanto às atribuições que partilhavam com os homens podemos distinguir dois grupos. O primeiro englobava tarefas nas quais as mulheres predominavam: padeiros e tecedeiras. No outro dominavam os homens: tintureiros, mineiros e faisca-dores. Estas duas últimas merecem algumas considerações. Em primeiro, deve-se observar seu grande peso relativo — cerca de um quarto (24,94%) dos indivíduos de ambos os sexos (vinculados ao setor em análise) nelas enquadrava-se. Ainda em termos relativos, havia predomínio das mulheres — 30,43% (ou seja, 56 em 184) — sobre elementos do sexo oposto: 23,57% (172 em 730). Com respeito ao número absoluto distinguem-se os homens (172 versus 56) segundo a razão de 3,33 relativamente aos faisca-dores e de 2,47 referente aos mineradores.

Outro fato marcante diz respeito à maior presença de faisca-dores (169) “vis-à-vis” os mineradores (59). Estas cifras, por si mesmas — como observou Caio Prado Júnior —, atestam a decadência da exploração aurífera em Vila Rica.

Restavam, por fim, 33 ocupações exercidas somente pelos homens. Esta cifra representa a maior parte das lides do setor. Caracterizavam-se pela especialização exigida para seu desempenho — armeiros, funileiros, fundidores, etc. — e/ou pelo maior esforço físico requerido — capineiros, ferradores, etc. — e/ou pelo tradicional relacionamento estabelecido entre algumas fainas que as mesmas atribuições coubessem a homens e mulheres; co-

e o sexo — por exemplo, alfaiates de um lado, costureiras por outro⁽¹⁰⁾

Como se verifica na Tabela 1. havia larga diversidade de ocupações. Dentre elas ocupavam papel de realce os alfaiates (113), carpinteiros (69), ferreiros (48), latoeiros (51) e sapateiros (145); conjuntamente, as atividades acima enumeradas, absorviam mais da metade (58,36%) dos homens arrolados no secundário.

Com respeito ao posicionamento social observou-se apenas uma atribuição exercida exclusivamente por escravo (estereiro). Predominaram as atividades exclusivas de livres (em número de 28), enquanto 13, desempenhavam-nas, tanto livres quanto cativos.

Estes últimos, em termos absolutos, apenas exerciam majoritariamente a função de capineiros — certamente das mais árduas. Por outro lado, vemo-los representados entre os alfaiates, carpinteiros, faiscadores, ferreiros, latoeiros, pedreiros, sapateiros, seleiros, serralheiros e relojoeiros. A simples enunciação destas atividades expressa eloquentemente a variedade das tarefas desenvolvidas pelos escravos e também, mostra-nos os cativos a exercerem atividades que exigiam razoável nível de especialização.

No terciário encontramos maiores discrepâncias tanto com respeito ao sexo quanto no referente ao posicionamento social.

Os escravos apareciam representados, somente, entre as quitandeiras, barbeiros, cozinheiros, jornaleiros (ocupação que exerciam com exclusividade) e lavadeiras.

Quanto ao sexo, o predomínio dos homens apresentava-se maciço. Nas atividades eclesiásticas e da administração civil não apareciam mulheres. Relativamente às profissões liberais contávamos com enfermeiras (em número de 2, “vis-à-vis” 5 homens) e parteiras.

(10) Outro elemento explicativo da divisão de trabalho entre os sexos relaciona-se ao fato de as mulheres necessitarem, quando a exercer, atividades produtivas, cuidar, concomitantemente, dos serviços caseiros e, eventualmente, da prole.

TABELA 1.

Repartição dos Habitantes por Setores Produtivos
Segundo Atividades, Sexo e Situação Social

(Vila Rica — 1804)

Setores e Atividades	Sexo		Situação Social		Total
	H	M	Livres	Escravos	
I — Setor Primário					
Roceiros, Lavradores e Hortelãos	27	51	77	1	78
Lenheiros	41	—	7	34	41
Caçadores	1	—	1	—	1
Total	69	51	85	35	120
II — Setor Secundário					
Alfaiates e Aprendizes	113	—	106	7	113
Armeiro	1	—	1	—	1
Almofaris	1	—	1	—	1
Costureiras e Aprendizes	—	93	92	1	93
Carpinteiros	69	—	61	8	69
Capineiros	11	—	3	8	11
Caldeireiros e Aprendizes	7	—	7	—	7
Chupeteiros	2	—	2	—	2
Canteiros	1	—	1	—	1
Coronheiros	1	—	1	—	1
Cirieiros	1	—	1	—	1
Doceira	—	1	1	—	1
Entalhador	1	—	1	—	1
Esteireiro	1	—	—	1	1
Ensaizador e Praticante	2	—	2	—	2
Encanador	1	—	1	—	1
Fiandeiras	—	24	24	—	24

(Continua)

Setores e Atividades	Sexo		Situação Social		Total
	H	M	Livres	Escravos	
Fogueteiros	2	—	2	—	2
Funileiro	1	—	1	—	1
Fundidores	6	—	6	—	6
Faiscadores	130	39	148	21	169
Ferradores e Aprendizes	9	—	9	—	9
Ferreiros e Aprendizes	48	—	42	6	48
Latoeiros e Aprendizes	51	—	48	3	51
Marceneiros	8	—	8	—	8
Madeireiros	3	—	3	—	3
Mineiros	42	17	58	1	59
Oleiro	1	—	1	—	1
Pedreiros e Ser- ventes	31	—	24	7	31
Pintores	7	—	7	—	7
Padeiros	1	4	5	—	5
Relojoeiros	3	—	2	1	3
Rendeira	—	1	1	—	1
Sapateiros e Aprendizes	145	—	123	22	145
Seleiros e Aprendizes	13	—	11	2	13
Sirgueiros e Aprendizes	3	—	3	—	3
Serralheiros	5	—	3	2	5
Serrador	1	—	1	—	1
Sombreireiro	1	—	1	—	1
Torneiros	3	—	3	—	3
Tintureiros	3	1	4	—	4
Tecedores	1	4	5	—	5
Total	730	184	824	90	914

III — Setor Terciário

III. 1. Profissões Liberais

Advogados e So-
licitadores

10	—	10	—	10
----	---	----	---	----

(continua)

Setores e Atividades	Sexo		Situação Social		Total
	H	M	Livres	Escravos	
Boticários	7	—	7	—	7
Cirurgiões e Médicos	7	—	7	—	7
Enfermeiros	5	2	7	—	7
Escultores	3	—	3	—	3
Músicos e Aprendizes	31	—	31	—	31
Parteiras	—	2	2	—	2
Requerentes	4	—	4	—	4
Tabeliões	5	—	5	—	5
III. 2. Igreja					
Eclesiásticos	40	—	40	—	40
Sacristães	7	—	7	—	7
III. 3. Administração Civil					
Alcaide	1	—	1	—	1
Carcereiro	1	—	1	—	1
Contadoria — Oficial e Ajudantes	5	—	5	—	5
Escrivães, Escreventes e Escriturários	27	—	27	—	27
Funcionários em Geral	28	—	28	—	28
Militares	125	—	125	—	125
Meirinhos	8	—	8	—	8
Porteiros	2	—	2	—	2
Professores	4	—	4	—	4
III. 4. Comércio					
Botequineiro	1	—	1	—	1
Estalajadeiros	7	—	7	—	7
Mascates	3	—	3	—	3
Negociantes em Geral	62	43	105	—	105
Fazenda Seca	21	2	23	—	23
Fazenda Molhados	14	—	14	—	14
Quitandeiros	2	36	23	15	38

(Continua)

Setores e Atividades	Sexo		Situação Social		Total
	H	M	Livres	Escravos	
III. 5. Transporte					
Boleeiro	1	—	1	—	1
Carreiros e Carreiros	10	2	12	—	12
Carregadores	2	—	2	—	2
Tropeiros	3	—	3	—	3
III. 6. Outros Serviços					
Andadores	7	—	7	—	7
Barbeiros e Cabeleiros	18	—	14	4	18
Caixeiros	19	2	21	—	21
Cobradores	13	—	13	—	13
Criados	3	4	7	—	7
Cozinheiros	7	12	2	17	19
Feitores ou Administradores	14	—	14	—	14
Jornaleiros	7	—	—	7	7
Lavadeiras	—	28	25	3	28
Viajantes	4	—	4	—	4
Total	538	133	625	46	671
Total Geral	1 337	368	1 534	171	1 705

OBS.: Computados apenas os habitantes para os quais se explicitou a atividade.

No comércio o sexo feminino encontrava-se melhor representado — considerados os negociantes de secos e/ou molhados contamos 45 mulheres de um total de 142. Com respeito aos quitandeiros computamos 36 mulheres e apenas 2 homens.

Nos transportes, a participação feminina mostrou-se de pequena monta.

Quanto aos “outros serviços” 2 caixeiras (de um total de 21), 4 criadas (a superar os homens, em número de 3), 12 cozinheiras (entre 19) e 28 lavadeiras — função exclusiva do sexo feminino.

Com referência aos homens, realce particular deve-se dar aos músicos, funcionários da administração civil, eclesiásticos, negociantes e, sobretudo, aos militares. Estes em número de 125, representavam pouco menos de um quarto (23,23%) do total de homens enquadrados no terciário.

A repartição das pessoas para as quais indicou-se a profissão — segundo faixas etárias correspondentes a crianças (0 a 14 anos), em idade ativa (15 aos 64 anos) e velhos (65 e mais anos), mostrou a eficácia dos intervalos etários considerados. Destarte, menos de 3% colocou-se no primeiro intervalo, pouco mais de 6% situou-se no terceiro, enquanto mais de 90% apareceu na faixa correspondente à idade ativa.

Quanto aos pobres, apresentou-se dominante o sexo feminino: 170 em 220, vale dizer que mais de três quartos (exatamente 77,27%) das pessoas identificadas como mendigos, pobres ou a viver de esmolas compunha-se de mulheres.

Por outro lado, verificou-se estar entre os indivíduos com mais de 50 anos o maior contingente de despossuídos — 58,06%. Para os menores de 20 anos observou-se a cifra de 6,45%. Destarte, as mulheres em idade avançada compunham a massa dos pobres.

Relativamente à cor predominaram os pretos e pardos (170 sobre 220 — 77,27%), os brancos apareceram minoritariamente (18 em 220 — 8,18%); enquanto que, para 14,55%, foi impossível determinar a cor.

Em termos de estado civil dominaram os solteiros (ou aqueles que assim consideramos) com peso relativo correspondente

a quatro quintos (80,45%) do total; a eles seguiram-se os viúvos (10,45%) e, por fim, os casados (9,10%).

Os elementos informativos coletados permitem a caracterização dos seis distritos componentes de Vila Rica.

Assim, em Antônio Dias e Ouro Preto concentrava-se a vida administrativa, militar e religiosa. Com pouco mais de metade (50,77%) da população da urbe, estes distritos contavam com quatro quintos dos militares (79,20%) e 85,52% dos demais integrantes da administração civil. Neles residiam trinta e três dos quarenta eclesiásticos (82,50%) e 76,31% dos profissionais liberais. Quatro quintos dos comerciantes (80,62%) e 78,98% das pessoas relacionadas em “outros serviços”. Por outro lado, nelas congregava-se 49,76% da massa vinculada ao secundário e, apenas, 39,17% dos elementos enquadrados no setor primário.

O distrito do Padre Faria, com apenas 6,98% da população total, contribuía com a mais significativa parcela de roceiros, hortelãos e lavradores: 53,85% do total. No secundário predominavam fiscadores e mineiros — mais da metade (53,77%) dos moradores do Padre Faria, enquadrados no secundário, exerciam estas atividades.

No distrito do Morro, que contava 14,56% da população ouro-pretana, dominavam os fiscadores (em maior número do que nos demais distritos) seguidos pelos mineradores. Este distrito — “vis-à-vis” os demais, tomados isoladamente — apresentava o maior número de pessoas relacionadas às duas atividades aludidas. Com respeito ao total de mineiros e fiscadores, representava a quantidade encontrada no Morro, 36,40%. Com respeito aos indivíduos deste distrito, enquadrados no secundário, o percentual sobe a 79,80%.

No Alto da Cruz residia 11,87% da população ouro-pretense. Contava com setor terciário mais desenvolvido do que os dois precedentemente analisados; o secundário apresentava-se mais diversificado, embora não se aproximasse da riqueza qualitativa e dos números relativos mais significantes encontrados no Ouro Preto e Antônio Dias. Os fiscadores e mineradores representavam 29,35% das pessoas vinculadas ao secundário.

Finalmente, o distrito das Cabeças — com 15,82% dos habitantes da urbe — revelava-se, proporcionalmente, menos rico do

que o Alto da Cruz com respeito ao terciário. No entanto, no secundário, aparecia mais significativo o peso das atividades artesanais. Enquanto no Alto da Cruz, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, latoeiros e sapateiros correspondiam a 55,96%; no distrito das Cabeças a cifra respectiva alcançava 70,58%. Por outro lado, os faiscadores e mineradores representavam, apenas, 11,76% das pessoas adstritas ao secundário.

4 SOBRE A POSSE DE ESCRAVOS

Computamos, em Vila Rica, baseados no Censo de 1804, setecentos e cinquenta e sete proprietários de escravos — 475 indivíduos do sexo masculino e 282 mulheres. Considerada a parcela da população total correspondente a livres e forros com mais de quatorze anos (1 705 homens e 2 383 elementos do sexo oposto), verifica-se que os senhores de escravos representavam 18,5% do número de adultos (aqui entendidos como aqueles com quinze ou mais anos). Dentre os homens, 27,9% possuíam escravos, para as mulheres a cifra atingia, somente, 11,8%.

Os cativos somavam 2 839 indivíduos. Tem-se, pois, uma média de 3,7 escravos por dono. Tomados isoladamente os seis distritos componentes de Vila Rica, revelam-se significativas variações em torno deste valor médio. No Ouro Preto e Alto da Cruz prevalecia o mínimo de 3,5%, enquanto em Cabeças observava-se o índice máximo: 4,8.

Para clarificarmos a estrutura de posse de escravos em Vila Rica e em cada um dos seus distritos faz-se necessária uma medida estatística de concentração; para tanto, recorreremos ao Índice de Gini⁽¹¹⁾. Tomando-se o total de proprietários e cativos encontramos para tal índice o valor de 0,502 cf. Tabela 2.. Para os distritos, considerados isoladamente, revelaram-se significativas variações em torno da cifra acima anotada. Assim, verificou-se menor concentração nos distritos do Padre Faria (0,424) e Ouro Preto (0,437), o valor máximo correspondeu ao distrito de Cabeças (0,599); nas demais unidades distritais o índice assumiu ní-

(11) Para o cálculo dos índices consideramos exclusivamente a parcela populacional possuidora de escravos.

TABÉLA 2.

VILA RICA

CENSO DO ANO DE 1804

DISTRITOS	INDICADORES		
	Índice de Gini	Média	Variância
ANTÔNIO DIAS	0,519	3,6	22,2
OURO PRETO	0,437	3,5	9,9
ALTO DA CRUZ	0,536	3,5	49,4
CABEÇAS	0,599	4,8	116,6
PADRE FARIA			
ÁGUA LIMPA e			
TAQUARAL	0,424	3,8	11,5
MORRO	0,520	4,0	25,2
TOTAL	0,502	3,7	31,9

veis intermediários: Antônio Dias (0,519), Morro (0,520) e Alto da Cruz (0,536).

Cabem, desde logo, algumas observações quanto aos valores acima arrolados. No distrito de Cabeças, o alto índice de concentração deveu-se à presença do Cel. José Velloso Carmo que vivia “de minerar com Fábrica” e possuía elevadíssimo número de escravos “vis-à-vis” a média vigente na urbe; tratava-se de um dos últimos grandes mineradores da região conforme o testemunho de vários viajantes da época.

Com respeito ao Alto da Cruz outro minerador revelou-se grande proprietário de escravos, o Capitão Francisco Caetano Ribeiro: seus 69 cativos correspondiam a 24% do total da escravaria do distrito.

No Morro, como já afirmado, predominavam os faiscadores e mineiros. Entre os últimos, apareciam três senhores com cerca de 22% do total de escravos do distrito o que correspondia a 58% dos cativos pertencentes aos mineradores ali residentes.

O índice de Antônio Dias explica-se pela presença de dignitários da administração pública e militar detentores de significativa parcela do número de cativos.

A distribuição existente no Padre Faria, local em que se verificou o menor índice de Gini, justifica-se pela existência de um conjunto de senhores, ao que parece, composto de indivíduos de medianas posses. Por outro lado conquanto, aí residissem muitos mineiros e faiscadores a parcela dos mesmos, possuidora de escravos, revelou-se ínfima. Possivelmente, a elevada razão de masculinidade dos escravos aí prevalecente (217,31 — a maior de Vila Rica), devia-se ao fato de que os cativos destinavam-se, predominantemente, a fainas produtivas vinculadas ao secundário, sendo reduzido o número de escravas ocupadas no serviço caseiro.

No distrito de Ouro Preto, cujo índice mostrou-se pouco superior ao do Padre Faria e abaixo do vigente na urbe, inexis-tiam mineiros, os lavradores mostravam-se praticamente ausentes. Os escravos distribuía-m-se entre uma gama variada de senhores — desde altos funcionários da administração pública e militar até elementos forros — sem que se verificassem grandes discrepâncias no número médio de cativos pertencentes a cada segmento de proprietários.

Evidentemente, poder-se-ia argüir os elementos explicativos arrolados acima, com base em seu caráter “ad hoc” No entanto, a análise a nível mais desagregado parece confirmar o conteúdo substantivo dos mesmos. Para tanto, vejamos o que nos revelam os dados anotados na Tabela 3.⁽¹²⁾

(12) Neste trabalho efetuamos a categorização dos proprietários de escravos de forma a realçar as atividades econômicas mais frequentes e distinguir, para efeitos meramente analíticos, alguns segmentos sócio-econômicos que, por sua importância ou peculiaridade, merecem tratamento específico. Como exemplo podemos citar os forros que, pelas características da lide mineira, tornaram-se expressivas, tanto como parcela da população colonial, quanto como possuidores de cativos.

TABELA 3.
MÉDIA DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO
(VILA RICA — 1804)

Distritos	Média de Escravos por Proprietário							VILA RICA		
	Antônio Dias	Ouro Preto	Alto da Cruz	Cabeças	Padre Faria e Outros(*)	Morro	(1)	(2)%	(3)%	
Mineiros	2,0	—	1,8	126,0	3,0	9,6	11,8	3,0	9,6	
Fiscadores	2,0	—	2,0	—	2,5	1,8	2,0	1,3	0,7	
Agricultores	10,3	3,0	69,0	9,0	6,5	6,0	13,0	1,4	5,0	
Artesãos	2,7	3,8	2,6	3,1	2,8	2,3	3,0	16,6	13,5	
Comerciantes	1,8	3,1	5,0	3,6	4,0	1,0	2,9	10,4	8,0	
Funcionários	4,5	4,4	2,5	2,7	—	3,0	4,2	6,8	7,7	
Eclesiásticos	4,0	4,6	4,0	6,5	7,0	7,0	4,9	4,2	5,4	
Patentes	4,3	5,0	2,2	13,0	4,0	3,8	4,8	9,6	12,5	
Forros	2,5	2,2	—	2,0	—	—	2,2	2,9	1,7	
Outros	4,5	3,5	2,7	4,9	2,3	2,0	3,4	9,6	8,6	
Indeterminados	4,0	2,8	3,0	2,5	4,2	2,9	3,0	34,2	27,3	
Total	3,6	3,5	3,5	4,8	3,8	4,0	3,7	100,0%	100,0%	

OBS: — (*) Padre Faria, Água Limpa e Taquaral.

(1) Média de escravos por proprietário.

(2) Participação dos proprietários do segmento no total.

(3) Participação dos escravos pertencentes ao segmento no total.

Consideremos, inicialmente, os segmentos referentes aos mineiros e agricultores. Chama-nos a atenção, desde logo, o elevado número médio de cativos correspondente a estes dois grupos (11,8 e 13,0 respectivamente). Tais cifras apresentaram-se excêntricas em relação às prevalentes para as outras categorias e, em consequência, muito superiores ao número médio, de 3,7 cativos por proprietários, referente à totalidade dos distritos componentes da área urbana de Vila Rica.

Mesmo que efetuássemos ajustes cabíveis, ou seja, caso eliminássemos da população, dois senhores — um minerador e o outro agricultor — possuidores de, respectivamente, 126 e 69 cativos (números a discrepar excessivamente dos padrões vigentes na comunidade em foco), ainda chegaríamos a valores médios muito superiores aos dos demais segmentos: 6,6 para os mineiros e, quanto aos agricultores, 7,4. Tais atividades permitiam, portanto, ainda que para reduzida parcela dos elementos a elas vinculados, a manutenção de número razoável de escravos. Por outro lado, deve-se lembrar que, por sua própria natureza, tanto a lide agrícola quanto a mineira, tendiam a utilizar intensivamente o fator trabalho.

Como seria de se esperar, aos faiscadores, cabia número médio de cativos muito inferior àquele relativo aos mineiros (2,0 versus 11,8). Ademais, da massa de escravos, somente 0,7% achava-se em poder dos proprietários ocupados com a faiscação — estes, por sua vez, representavam 1,3% do número total de indivíduos possuidores de escravos. Por outro lado, os mineiros — 3,0% dos proprietários — detinham 9,6% da escravaria.

As diferenças entre mineradores e faiscadores — como já amplamente explorado pela historiografia brasileira — diziam respeito, sobretudo, ao processo evolutivo da faina exploratória. Assim, a presença de faiscadores marcava a própria decadência da mineração. As evidências empíricas encontradas no censo em estudo confirmam sobejamente tal assertiva. Destarte, do total de pessoas voltadas a estas duas atividades, pouco mais de um quarto (25,8%) anotou-se como mineiros. A grande massa, portanto, compunha-se de faiscadores.

Um significativo indicador da disparidade econômica existente entre as categorias em questão, consubstancia-se na parce-

la dos indivíduos que, de cada uma delas, apresentaram-se como senhores de escravos. Enquanto, para o total de mineiros os proprietários correspondiam a 39%, apenas 6% dos faiscadores declararam possuir cativos.

Analisemos duas outras categorias econômicas — artesãos e comerciantes — altamente representativas, quer em termos do peso relativo de proprietários (27%), seja quanto à parcela de escravos a elas adstrita — 21,5%. Nestes segmentos, relativamente aos demais, os cativos distribuíam-se mais harmoniosamente; disto deveriam decorrer as pequenas oscilações do número médio de cativos por proprietário entre os seis distritos considerados.

A modéstia da média de cativos por senhor (2,9 para comerciantes e 3,0 correspondente aos artesãos) aliada ao ponderável peso relativo destas categorias, tanto sobre o total de proprietários quanto com respeito à escravaria, patenteiam, por um lado, a existência de avultada quantidade de pequenos negócios e, por outro, o caráter francamente citadino de Vila Rica.

Tal asserção vê-se corroborada pela maciça presença de funcionários, eclesiásticos e indivíduos portadores de patentes. Em conjunto estas categorias — que desempenhavam papel de grande importância na sociedade estamental do Brasil Colônia — representavam 20,6% dos proprietários e possuíam pouco mais de um quarto (25,6%) da escravaria. De modo geral com respeito aos distritos e estritamente válido para a vila como um todo, os segmentos em foco detinham de “per si”, maior número médio de cativos por senhor do que o verificado para artesãos e comerciantes.

Finalmente, ocupemo-nos dos forros. Concentrados em Antônio Dias e Ouro Preto, atingiam 2,9% dos proprietários e controlavam 1,7% da massa de cativos. O número médio de escravos por senhor forro (2,2) colocava-se muito abaixo das cifras correspondentes aos outros segmentos, exceto os faiscadores (2,0).

Quanto ao porcentual da escravaria suplantavam, tão somente, aos faiscadores (1,7% face a 0,7%); cifras a divergir grandemente das prevalecentes para as demais categorias. Daí poder-se concluir que, embora estivesse aberta, aos forros, a possibilidade de possuírem escravos, a posição relativa por eles ocupada revelava-se das mais modestas.

5. EVIDÊNCIAS SUPLEMENTARES RELATIVAS AOS FORROS

Na historiografia brasileira já frisou-se largamente o caráter mais permeável da economia mineira face às prevalecentes em outras áreas da colônia; conseqüentemente, nas Gerais, a sociedade mostrava-se menos rigidamente estratificada. Atribui-se tal fenômeno a alguns fatores básicos: forma de organização do trabalho, menor exigência de recursos materiais para o estabelecimento de empreendimentos exploratórios, vínculo mais tênue com a propriedade fundiária, maior grau de especialização da empresa mineira e, por fim, à fisionomia mais próxima do urbano, donde derivava um quadro variado de atividades a propiciar maiores possibilidades de acesso a todos e menos discriminação entre segmentos populacionais distintos.

Visando a ilustrar quantitativamente parte da problemática acima descrita, selecionamos algumas informações comparativas entre forros e livres que vieram a falecer na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias no período 1719-1818.

Para os adultos, relativamente aos registros de óbitos, dois elementos expressam distinção social: ser membro de irmandade e/ou deixar testamento, este último, em especial, possibilita-nos comparar, embora grosseiramente, a situação patrimonial dos segmentos populacionais em foco.

Para o período estudado verificou-se que 41,6% dos mortos (forros e livres) pertenceram a irmandades; quanto ao sexo predominaram os homens — 42,6% deles filiaram-se a confrarias contra 40,2% das mulheres.

Com referência aos segmentos populacionais coube preeminência aos livres — 47,6% deles foram irmãos (50,1% dos homens e 41,8% de pessoas do sexo oposto). Quanto aos forros, 35,0% pertenceram a irmandades — 29,2% dos homens e 39,3% de elementos do sexo feminino. Enquanto para os alforriados a percentagem de mulheres filiadas a irmandades mostrou-se superior à relativa aos homens, o contrário ocorreu entre os livres.

Deixaram testamento 20,5% dos indivíduos livres ou forros — dentre os homens, 27,5%; das mulheres, 11,4%. Dos livres,

pouco menos de um terço (30,2%) — 38,9 dos homens face 10,8% dentre as mulheres. Para os libertos a cifra referente a ambos os sexos apresentou-se menor: 10,1% — 7,7% dos homens “vis-à-vis” 11,9% das mulheres.

Estes últimos percentuais indicam, mais uma vez, a preeminência relativa, entre os forros, do sexo feminino; mostram, ademais, a predominância, em termos de peso relativo, das forras face as mulheres livres.

Embora ocorressem marcantes diferenciais entre livres e alforriados, patenteia-se a significativa participação do elemento forro.

A comprovar a inexistência de um fosso intransponível entre os dois estratos sociais lembre-se que, dos casamentos legitimados perante a Igreja e efetuados — na paróquia em tela — entre 1727 e 1826, 5,4% uniram forros a livres.

Outro fator a denotar a possibilidade de ascenso aberta aos forros prende-se à presença dos mesmos no conjunto dos proprietários de escravos.

Para avaliar o peso relativo dos libertos selecionamos para análise os seguintes triênios: 1743/45, 1760/62, 1799/1801 e 1809/11. O primeiro situa-se em momento no qual ainda florescia a atividade exploratória; no segundo já revelava-se declinante a faixa aurífera; o penúltimo coloca-se em quadra de franca decadência de Vila Rica; no triênio 1809/11 encontrava-se definitivamente superada a lida mineratória e definira-se a recuperação da economia colonial com base na agricultura, a reerguer-se desde o último quartel do século XVIII.

Os dados empíricos aqui utilizados também foram colhidos nos códices da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Relativamente a eles faz-se mister esclarecer não nos assomar qualquer veleidade quanto ao estabelecimento de índices ou relações definitivas; tratam-se, tão somente, de indicadores — reconhecidamente grosseiros — suficientes ao delinamento de algumas tendências mais evidentes.

O percentual de forros proprietários de escravos parece-nos altamente significativo, por outro lado evidenciou-se, no curso do tempo, participação declinante dos mesmos; tal decréscimo re-

lativo correlacionou-se, certamente, à própria decadência da atividade exploratória. Destarte, representaram, considerados os períodos já assinalados: 8,8%, 14,6%, 6,9% e 3,0% do total de senhores. Às forras corresponderam as seguintes cifras: 5,16%, 8,12%, 5,63% e 2,00%; aos libertos do sexo masculino tocaram porcentagens mais modestas: 3,61; 6,33; 1,25 e 1,00. Também aqui, predominava o sexo feminino. Esta característica representa a maior distinção entre livres e libertos, pois, entre os primeiros dominavam, sistematicamente, os homens.

Outro fato, igualmente associado à retração da atividade exploratória, diz respeito à notável queda da participação das proprietárias forras, considerado o total de donas de escravos. Assim, o peso relativo das libertas, no conjunto de senhoras de cativos mostrou-se declinante, considerados cronologicamente os triênios em estudo: 58,82%, 55,32%, 15,79% e 5,41%. Note-se a quebra marcante ocorrida entre os dois triênios intermediários; tal evento coincidiu com o movimento emigratório verificado em Vila Rica (no qual predominaram os homens livres) decorrente, sobretudo, da perda de dinamismo da lide aurífera.

Aliás, fenômeno similar deu-se com respeito à participação dos forros e livres do sexo masculino; os primeiros viram seu peso relativo aumentar de 3,95% (1743/45) para 7,43% (1760/62), nos triênios subseqüentes os percentuais reduziram-se drasticamente: 1,94 (1799-1801) e 1,59 correspondente ao último período.

Estes dados parecem sugerir o estreito relacionamento da ascensão e recesso da atividade exploratória com a maior ou menor possibilidade de ascensão do elemento forro.

À decadência, condicionadora da retração da vida urbana, associou-se, aparentemente, uma rigidez maior da estratificação social.

Entendemos desnecessário enumerar as conclusões exaustivamente explicitadas no corpo deste trabalho. Acreditamos termos atingido nosso objetivo precípua, qual seja demonstrar o caráter citadino de Vila Rica — referimo-nos, particularmente à presença altamente significativa das atividades vinculadas aos setores secundário e terciário, ressaltando, daquele, o grande peso relativo e amplo espectro coberto pelas ocupações artesanais

Acresce, ademais, a possibilidade de ascenso aberta aos forros, indicadora da relativa permeabilidade da economia mineira

que se distinguiu por uma estratificação social menos rígida do que a imperante em outras áreas da colônia.

Por outro lado, cremos ter evidenciado a possibilidade e importância de pesquisas voltadas à compreensão do comportamento demoeconômico da própria sociedade mineira e das demais economias vigentes no período colonial brasileiro. Tais estudos devem propiciar a base empírica indispensável ao estabelecimento de confrontos que nos possibilitem avaliar as similitudes e dissemelhanças das estruturas urbanas surgidas em diversas áreas de nosso território, oferecendo-nos, ademais, o balizamento necessário para formular-se hipóteses abrangentes, aptas a definir um quadro teórico explicativo do processo de urbanização desenrolado no Brasil.